

Encontro fecha minuta sobre região

413705

A minuta do anteprojeto de lei propondo a criação da Região Metropolitana de Vitória ainda não está pronta. O conteúdo preliminar da matéria só deve ser fechado hoje, às 11 horas, quando novamente se reúnem os procuradores-gerais dos municípios da Grande Vitória e os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, na sede do IJSN. A opção é redigir um texto livre de detalhamentos e polêmicas, capaz de viabilizar sua aprovação pela Assembléia Legislativa.

Ontem, apenas os municípios de Vitória, Serra e Vila Velha estiveram representados na reunião com as técnicas do Instituto, a advogada Gláucia Maria Rezende Cardoso e a gerente do Departamento de Informações, Luciene Esteves Vianna. Cariacica, Viana e o Governo do Estado não compareceram.

Engenharia política

O procurador-geral de Vitória, José Arimathéia Campos Gomes, defendeu que o teor da minuta do anteprojeto não deveria contemplar a questão técnica exclusivamente. "Existe a questão política. A Região Metropolitana está apenas engatinhando. Trata-se de um projeto ambicioso de engenharia política, num momento em que a maioria dos deputados na Assembléia Legislativa é do interior e alguns dos prefeitos, como da Serra e de Vila Velha, podem sair candidatos na próxima eleição", aler-

Foto de Helô Sant'Ana



Arimathéia: discussão política

tou. Daí a razão dele não querer mencionar a criação de um fundo metropolitano na minuta, por se tratar de um item polêmico.

O impasse foi inevitável, mas durou minutos. Gláucia Cardoso sugeriu que a argumentação técnica poderia convencer e orientar as ações dos políticos. A procuradora-geral da Serra, Maria do Carmo Suprani Bungestab, conciliatória, chegou a propor a redação de duas propostas, para evitar as divergências. "Podemos fazer um texto enxutíssimo e outro mais técnico, detalhado, para não passarmos por incompetentes".

A advogada do IJSN tinha um

esboço de uma proposta do texto preliminar. Nela estavam os objetivos da composição da região metropolitana, incluindo apenas os cinco municípios da Grande Vitória. Quando foram listados os temas em que a região terá que administrativamente atuar — entre eles a ordenação territorial —, surgiu um temor apresentado por Arimathéia de que essa função comum pudesse vir a ferir a autonomia dos municípios, um princípio hoje garantido pela Constituição. "Pautar o tema significa listar temas supramunicipais, o que pode transferir a competência para o campo de atuação do Estado de uma prerrogativa dos municípios. A competência neste caso se desloca" advertiu.

A definição do modelo de gestão, a composição do Conselho Deliberativo, a ser formado pelos cinco prefeitos e o Governo do Estado, também gerou controvérsia. Gláucia Cardoso, baseando-se nas experiências das nove regiões metropolitanas existentes, propôs que o colegiado fosse paritário, com a representação das cinco Prefeituras mais outros cinco membros do Estado. Ela acabou isolada e os três procuradores insistiram em manter apenas os cinco prefeitos e o governador no colegiado.

A polêmica foi ainda maior quando Arimathéia lembrou do compromisso fechado entre prefeitos e o governador de que a aprovação das matérias só se daria por

consenso do Conselho. Os administradores públicos aceitaram que todos teriam direito a voz, veto e voto, como na reunião do dia 22 de fevereiro, realizada na **Rede Gazeta de Comunicações**.

"Isso é ridículo. Não vai funcionar nunca. Onde está a democracia? Vai sempre ter um contra", reagiu Gláucia Cardoso, enquanto Arimathéia explicava ser essa uma experiência bem sucedida na Comunidade Econômica Europeia e no Confaz, colegiado que reúne os secretários estaduais e o Ministro da Fazenda. O órgão técnico da região seria o Instituto, conforme sugestão dos prefeitos e a participação popular ficou de ser definida pelos dirigentes públicos.

Ficou acertado que o Conselho Deliberativo teria no texto do anteprojeto uma delegação expressa para criação de outras instâncias e mecanismos necessários. Quanto à questão financeira, deverá permanecer a redação que sugere ser da competência da região viabilizar recursos para financiamento de projetos. Amanhã, às 14 horas, os demais integrantes do grupo de trabalho encarregado pela redação final da minuta do anteprojeto reúnem-se na Companhia de Desenvolvimento de Vitória. No próximo dia 23, às 9 horas, acontece o encontro entre o governador e os prefeitos, na Prefeitura de Cariacica. O governador espera que o anteprojeto esteja aprovado até o final de abril.